

A MULHER DO MÉDICO EM *ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA* (1995), DE JOSÉ SARAMAGO: NOTAS SOBRE O (NÃO) PROTAGONISMO FEMININO

THE DOCTOR'S WIFE IN AN *ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA* (1995), BY JOSÉ SARAMAGO: NOTES ON THE (NON) FEMALE PROTAGONISM

Gabriela Piovesan Leitão Tibola¹

Vanessa Arlésia de Souza Ferretti²

Resumo: Este artigo propõe uma análise crítica da representação de gênero e relações de poder em *Ensaio Sobre a Cegueira*, de José Saramago, através do prisma das teorias críticas da linguagem. Ao reconhecer a linguagem como uma ferramenta fundamental na perpetuação do poder simbólico e na (des)naturalização de estruturas sociais hegemônicas, conforme discutido por Bourdieu (1989) e Fairclough (2001), este estudo destaca como o discurso literário não apenas reflete, mas também refrata, podendo reforçar as dinâmicas de poder e normas de gênero na sociedade. Através de uma abordagem teórica embasada em autores como Scott (1989), Saffiotti (2001), Grossi (2004), Foucault (1984), Bourdieu (1989) e Fairclough (2001), a pesquisa analisa as camadas de significado na narrativa distópica de Saramago, que descreve uma sociedade devastada por uma epidemia de cegueira, servindo como uma metáfora para a crise de humanidade, moralidade e colapso social. Ao focar na interseção entre linguagem, gênero e poder, o artigo busca elucidar como *Ensaio Sobre a Cegueira* atua discursivamente nas concepções sociais de gênero, poder e identidade, oferecendo análises significativas sobre a construção e manifestação das relações de gênero na literatura e na realidade social.

Palavras-chave: Relações de poder; gênero social; relações de gênero.

Abstract: This article proposes a critical analysis of gender representation and power relations in "*nsaio sobre a cegueira* by José Saramago, through the prism of critical theories of language.

¹ Mestranda em Letras na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Brasil. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8827-4433>. E-mail: gabrielapiovesan90@gmail.com

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil. Professora Adjunta IV da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Brasil. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1245-4301>. E-mail: vanessa.ferretti@uems.br.

By recognizing language as a fundamental tool in the perpetuation of symbolic power and the naturalization of hegemonic social structures, as discussed by Bourdieu (1989) and Fairclough (2001), this study highlights how literary discourse not only reflects, but also contributes to reinforcing power dynamics and gender norms in society. Through a theoretical approach based on authors such as Scott (1989), Saffiotti (2001), Grossi (2004), Foucault (1984), Bourdieu (1989), and Fairclough (2001), the research aims to unveil the layers of meaning behind Saramago's dystopian narrative, which describes a society devastated by a blindness epidemic, serving as a metaphor for the crisis of humanity, morality, and social collapse. By focusing on the intersection between language, gender, and power, the article seeks to elucidate how *Ensaio sobre a cegueira* acts as a mirror to social conceptions of gender, power, and identity, offering significant insights into the construction and manifestation of gender relations in literature and reality.

Keywords: Power relations; social gender; gender relations.

1 Introdução

À vista da compreensão de que a linguagem é um dos mecanismos que o poder invisível e simbólico da dominação se utiliza, percebe-se que a naturalização de formas estruturais não é percebida de forma efetiva na sociedade (BOURDIEU, 1989, p. 8). Isso porque “o poder é implícito nas práticas sociais cotidianas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 75).

Dessa maneira, torna-se evidente que a estrutura social hegemônica, particularmente no que concerne à construção de gêneros sociais, manifesta-se de maneira, ainda que sutil, em diversos discursos que permeiam a sociedade. Isso ocorre tanto em discursos presentes no cotidiano quanto nas formas de expressão artística, exemplificadas pela literatura.

Em *Ensaio Sobre a Cegueira*, um romance distópico de José Saramago, o discurso hegemônico pode ser analisado através de várias lentes. A narrativa, que descreve uma sociedade assolada por uma inexplicável epidemia de cegueira branca, desdobra-se em uma crítica profunda sobre humanidade, moralidade, colapso social e também as relações de poder e gênero.

Assim, uma abordagem que concebe a intersecção entre linguagem, gênero e poder na literatura se articula com postulados dos estudos críticos da linguagem, revelando como as estruturas narrativas não apenas refletem, mas também reforçam/refratam as dinâmicas sociais hegemônicas. Considerando

isso, o presente artigo pretende analisar os discursos acerca das relações de poder e expectativas de gênero manifestos na obra *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago.

Para isso, recorre-se a perspectivas críticas que (des)constróem e investigam historicidade e significados das construções de gênero, assim como as expectativas e imposições comportamentais associadas à dicotomia feminino-masculino. Entre os teóricos referenciados estão Scott (1989), Saffiotti (2001), Grossi (2004), Foucault (2001), Bourdieu (1989), Fairclough (2001), dentre outras/os, cujas perspectivas fornecem um arcabouço teórico para entender como a linguagem e a literatura – como recriação interpretativa da realidade – podem refletir e refratar as concepções sociais de gênero, poder e identidades.

2 Sobre (língua)gem, expectativas de gênero e relações de poder

A linguagem é um dos mecanismos que sustenta o poder simbólico, ou seja, “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 8). Fairclough (2001, p. 75) classifica esta força invisível como um “poder [que] é implícito nas práticas sociais cotidianas”.

Compreende-se, neste sentido, que a linguagem funciona para a articulação do poder simbólico nas relações assimétricas de poder, descrito por Bourdieu (1989) e discutidas por Fairclough (2001). Desta maneira, estas relações continuam sendo sustentadas e legitimadas através de uma construção social arbitrária na qual a linguagem passa a funcionar como elemento constituinte e essencial.

No que tange às relações de gênero, a linguagem aparece como um aspecto central. Na verdade, o conceito de gênero tem embasado muitas pesquisas ao longo do século XX e XXI, sobretudo no interior dos estudos feministas e, cada vez mais, o caráter simbólico, semiótico e, portanto,

linguístico das práticas sociais tem sido ressaltado pelas/os estudiosas/os, conforme se vê, inclusive, na formulação do conceito de gênero.

Segundo Grossi (s/d), tal conceito surgiu a partir de autoras norte-americanas e aponta para as “origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (GROSSI, 2004, p. 04). Como explica Saffioti (2001), embora haja divergências entre os diversos grupos feministas que trabalham com o conceito (de perspectivas mais a menos biologicizantes, de determinismos sociais, que ignoram o corpo, a perspectivas que congregam corpo e modelagem social), há consenso sobre o “fato de que [gênero] se trata de uma modelagem social, estatisticamente, mas não necessariamente, referida ao sexo” (SAFFIOTI, 2001, p. 129).

É possível perceber que esse consenso apontado pela autora congrega, ou tenta dar conta de, duas posições distintas acerca do fenômeno: uma estruturalista e uma pós-estruturalista. A primeira é centrada na ideia de que o gênero é uma modelagem social referida ao sexo. Nesse sentido, existiriam apenas dois gêneros – masculino e feminino –, embora aqui não se ignore o fato de haver multiplicidades de formas de ser homem e ser mulher, de haver diferentes papéis de gênero (GROSSI, s/d; GROSSI, 2004).

Já a segunda é centrada na noção de gênero como uma categoria não necessariamente referida a sexo. Tal postura, percebendo as possibilidades de mudança do biológico pelo cultural, desloca, cada vez mais, a ideia de que o gênero se constitui a partir – e somente – daquilo que o corpo ‘oferece’. Em outras palavras, “o fato de haver machos e fêmeas biológicos é só uma questão de contingência, contingência que pode ser mudada graças às novas tecnologias médicas que permitem subverter a ordem “natural” deste corpo.” (GROSSI, 2004, p. 05).

É saliente nessa discussão a multiplicidade dos fatores que congregam para a construção de uma identidade de gênero, entendida aqui a partir de Grossi (s/d) como sendo aquilo que “remete à constituição do sentimento

individual de identidade” (GROSSI, 2004, p. 08), fatores que dizem respeito tanto à construção discursiva do corpo, do papel que assume nas relações sexuais e, ainda, quais relações, ou melhor, desejos podem e devem ser vivenciados e quais são proibidos.

Nesse sentido, a linguagem como aquilo que dá sentido, que significa essas práticas sociais, nos parece central, uma vez que é ela quem divide e categoriza, portanto constrói as formas de ser masculino ou feminino e em última medida, embora seja construção do próprio sujeito, o constrói em “o homem”, “a mulher”, “o afeminado”, “o bicha”, “a lésbica”, “o sapatão” “a travesti”, “o travesti”, entre outras muitas categorias.

Entender que a linguagem constrói essas categorizações é parte importante para tornar inteligível o processo de construção das identidades de gênero, mas não explica ainda por que essas diferentes categorias implicam historicamente construções de relações sociais em que há, como na cultura brasileira (Ocidental talvez), por exemplo, dominação do masculino, ou melhor, em que o masculino seja investido de positividade enquanto o feminino o é de negatividade.

Scott (1989) nos ajuda a pensar nessas questões quando trata da significação na construção do gênero e do gênero enquanto forma primeira de significar as relações de poder, não só na esfera familiar (na relação parental entre homens e mulheres no contexto doméstico), mas também na esfera das instituições sociais como o Estado, a Justiça, a Educação, a Política etc.

Ao abordar a questão da linguagem, a autora analisa as contribuições de duas vertentes epistemológicas de base psicanalítica, que emergiram com explicações justamente centradas nos “processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito” (SCOTT, 1989, 14). Assim, tais vertentes, Anglo-americana e Francesa, buscam nas etapas iniciais de desenvolvimento humano as indicações sobre as formações da identidade de gênero. Segundo Scott (1989), enquanto a escola Anglo-americana, cujo expoente fora Nancy

Chodorow, enfatiza a influência da experiência concreta da criança, bem como a compreensão consciente desses processos; a escola francesa, pós-estruturalista lacaniana, enfatiza a centralidade da linguagem na representação de gênero e o aspecto decisivo do inconsciente na construção do sujeito (SCOTT, 1989).

Em sua análise da perspectiva anglo-americana, Scott (1989) critica o fato de que esta não esclarece “a associação persistente da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estão investidos na virilidade” (SCOTT, 1989, p. 15) e não na feminilidade, como apontamos acima. Desse modo, a autora ressalta que, além das experiências primárias, os sistemas de significado têm um papel importante, mas negligenciado, nessa questão. Nas palavras de Scott,

Eu acho que não podemos fazer isso [explicar como as crianças fazem certas associações e avaliação mesmo quando vivem fora de lares nucleares ou dentro de lares onde o marido e a mulher dividem tarefas] sem dar certa atenção aos sistemas de significados, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem sentido, não tem experiência; e sem o processo de significação, não tem sentido (SCOTT, 1989, p. 15).

Diante de tal apontamento, a eleição da linguagem como chave de acesso da criança à ordem simbólica torna-se central e leva a autora a discutir, então, a perspectiva lacaniana, segundo a qual a identidade de gênero é construída através linguagem. Nessa perspectiva, os termos da interação social são conhecidos pela criança por meio do dilema entre seu desejo edipiano e o poder da Lei (do pai), simbolizando a possibilidade de castração (metafórica). Tal interação se constitui no resultado da diferenciação sexual que a criança faz entre masculino e feminino e de sua identificação com esses ‘pólos’, que passa pela construção simbólica, portanto, do sistema semiótico da linguagem. Nesse sentido, há aqui o dilema do ser desejante, já que a identificação de gênero aparentemente coerente e fixa por ele construída é, em verdade, instável e

conflituosa, o que aparece também na ‘abertura’ como aspecto intrínseco da linguagem. Nesse ponto,

Da mesma forma que os sistemas de significações, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão das ambiguidades e dos elementos opostos a fim de assegurar (de criar a ilusão de) uma coerência e uma compreensão comuns. O princípio da masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição entre masculino e feminino. Desejos reprimidos são presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente da identificação de gênero, negando sua unidade e subvertendo sua necessidade de segurança. Ademais, as idéias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto. Portanto, existe sempre um conflito entre a necessidade que o sujeito tem de uma aparência de totalidade e a imprecisão da terminologia, a relatividade do seu significado e de sua dependência em relação à repressão (SCOTT, 1989, p. 16).

Embora Scott trate tais postulados como legítimos e “instrutivos” e, de certa forma, os encampe, a estudiosa aponta para certo fechamento nos sujeitos à revelia de tomá-los na história. Em outras palavras, “falta uma maneira de conceber a ‘realidade social’ em termos de gênero” (SCOTT, 1989, p. 17) ou, explicar a relação entre gênero e estrutura social mais ampla. Além desse fechamento, Scott aponta outra problemática relevante dessa teoria que é sua contribuição para a “fixação de uma opinião binária masculino-feminino [derivante da relação pai-mãe], como a única relação possível e como um aspecto permanente da condição humana” (SCOTT, 1989, p. 17), ou seja, esse “antagonismo seria um aspecto inevitável da aquisição da identidade sexual”.

Nesse sentido, segundo Scott (1989), cai-se também num essencialismo, segundo o qual não seria possível escapar dessa relação dual ou dessa eterna incompletude. Esse aspecto é tratado também na leitura que Butler faz do sujeito barrado lacaniano e sua relação com a possibilidade de uma luta política pela hegemonia, de modo que esta autora questiona:

En otras palabras, la incompletitud de la formación del sujeto, ¿no se vincula con el proceso democrático de la disputa sobre los significantes? ¿Puede el recurso ahistórico de la barra lacaniana reconciliarse con la cuestión estratégica que plantea la hegemonía o

se presenta como una limitación casi trascendental a toda posible constitución del sujeto y, por ende, indiferente a la política? (BUTLER; LACLAU; ZIZEK, 2003, p.11).

Tendo apontado tais “problemas” nas perspectivas acima, Scott (1989) teoriza acerca do conceito de gênero, localizando-o no contexto da crítica da ciência pelas ciências humanas e da crítica ao empiricismo e humanismo pelos pós-estruturalistas. Nesse sentido, a estudiosa, com base em Michelle Rosaldo, alerta para a necessidade de se buscar uma “explicação significativa” sobre essas questões sociais ao invés de “procurar uma causalidade geral e universal”, embora isso não dispense a luta política.

Nesse viés, ressalta-se o papel primordial do sentido que as atividades das mulheres (e dos homens) adquirem através das interações concretas para a legitimação do lugar da mulher (e do homem) na vida social-humana (SCOTT, 1989). Esse sentido, segundo Scott, não emerge do tratamento apenas do sujeito individual, mas deste em relação à organização social, pois “ambos têm importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança” (SCOTT, 1989, p. 20). Tal visada implica também a substituição de uma noção de poder social unificado, coerente e centralizado, pela noção foucaultinana de poder enquanto “constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos campos de força” (FOCAULT, 1972 *apud* SCOTT, 1989, p. 20).

A partir desses pressupostos, Scott (1989) sugere que o gênero seja entendido como a) “forma primeira de significar as relações de poder” e b) “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1989, p. 21). Então, as pessoas percebem diferenças entre os sexos (biologicamente falando) e, imersos na cultura em que as relações sociais são relações de poder, significam essas diferenças percebidas. Postulação afinada com, porque é origem das, apresentadas por Saffiotti e Grossi anteriormente.

No que tange ao primeiro aspecto, Scott (1989) ressalta que “as mudanças nas relações de poder correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único” (SCOTT, 1989, p. 21). Em outras palavras, não se muda primeiro, e linearmente, as relações para depois representá-las diferentemente (quase que num sistema de nomeação de algo que se constitui *a priori*), mas representação e relação social existem de forma mutuamente constitutiva. Veja-se que esse aspecto é ressaltado, inclusive, quando Scott (1989) alerta para o “não sentido único da mudança”. Tal postulação pode ser relacionada com a noção de prática social como a propõem Chouliaraki e Fairclough (1999), em que os aspectos da prática social (relação social, representações, atividade material e discurso) operam de forma mútua e sobredeterminada, na constituição do mundo social, das identidades.

No que tange ao segundo aspecto, Scott (1989) ressalta que o gênero enquanto “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos” implica quatro elementos mutuamente relacionados (aqui é possível perceber novamente o papel central da linguagem enquanto semiose na constituição das práticas sociais): a) símbolo; b) conceitos normativos; c) sistema político e d) identidade subjetiva. Os *símbolos*, explica a autora, dizem respeito às construções culturais que evocam representações diversas (às vezes contraditórias) como a mulher na tradição cristã (Eva, Maria), mas também nas mitologias da luz e da escuridão, da purificação e da poluição etc. Nesse sentido, é interessante perguntar quais são os símbolos evocados na constituição social. Os *conceitos normativos*, por sua vez, se relacionam com os símbolos na medida em que os evidenciam fazendo determinados recortes, respondendo, portanto, que símbolos são evocados e qual é o sentido desses símbolos. É o que ocorre, por exemplo, nas religiões, na educação, nas instâncias jurídicas etc.

Nesse caso, as afirmações normativas se fazem na medida em que rejeitam sentidos alternativos. Ainda, a posição que emerge como a dominante é declarada a única possível, de modo que a história é, então, escrita como se nela nunca tivesse havido posições alternativas, como se a conceituação dominante fosse fruto de um consenso e não de um conflito (SCOTT, 1989). A estudiosa ressalta aqui o papel da pesquisa histórica como aquela que objetiva “explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros” (SCOTT, 1989, p. 22).

Tal problematização não pode ainda, conforme alerta Scott (1989), eximir-se de uma abordagem do político, o terceiro aspecto ressaltado pela autora. Em outras palavras, sendo o gênero construído nas interações sociais, e estas sendo aspecto constituinte das práticas sociais, e ainda sendo que essas práticas não se restringem às relações parentais, torna-se imprescindível que se aborde a construção (das relações) de gênero no mercado de trabalho, nas escolas, na economia, na política etc.

Por fim, a autora ressalta o aspecto da construção subjetiva das identidades, explicando, a partir das palavras de Maurice Godelier, que “não é a sexualidade que produz fantasmas na sociedade, mas, sobretudo, a sociedade que fantasma na sexualidade, o corpo” (SCOTT, 1989, p. 23), ou seja, investe o sexo de certo sentido. Assim, as diferenças entre os corpos sexuados são recorrentemente solicitadas para legitimar relações ou fenômenos sociais, que são relações de poder, não tendo a ver necessariamente com a sexualidade (SCOTT, 1989).

Dessa forma, se, por um lado, o gênero funciona como “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1989, p. 23), por outro lado, essas ações de significar o masculino de certa forma e o feminino de outra “só podem adquirir um sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da

consolidação de um poder” (SCOTT, 1989, p. 26) nas práticas sociais. Sendo que essas relações de poder são mantidas pela naturalização dos significados que investem o sexo, pela naturalização de certos termos que estabelecem esses significados (SCOTT, 1989).

É interessante observar, pontua Scott (1989), que rearticulações de poder, ou mudanças na estruturação social, podem fazer investir os gêneros de diferentes formas, ora legitimando relações de dominação ora possibilitando novas ressignificações. A modificação das estruturas de emprego, por exemplo, pode alterar as estratégias de casamento, oferecendo novas possibilidades para a construção da subjetividade ou mantendo as relações de poder anteriores, sendo a empresa o novo espaço de atividade para “filhas” e “esposas obedientes” (SCOTT, 1989, p. 28). Ainda, o surgimento de novos símbolos culturais pode possibilitar a reinterpretação dos símbolos anteriores ou a reescritura da mesma história. Isso aponta para a relação de forças que constitui a luta pela hegemonia de certos sentidos e, conseqüentemente, de certa estruturação social, já que, nas palavras de Foucault:

Os discursos são elementos táticos ou blocos que operam no campo de relações de forças: pode haver discursos diferentes e mesmo contraditórios na mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar sua forma de uma estratégia a outra que lhe seja oposta. (FOUCAULT, 1981 *apud* FAIRCLOUGH, 2001, p. 130)

A questão que se coloca, então, é: o que determina o resultado de quem vencerá (ao menos temporariamente) esse jogo de forças? Ou que tipo de articulação se manterá estável por mais tempo? Scott (1989) aponta para o papel do processo político nesse cenário. Segundo a autora, “são os processos políticos que vão determinar o resultado de quem vencerá – político no sentido de que vários atores e várias significações se enfrentam para conseguir o controle” (SCOTT, 1989, p. 28). Nesse caso, a questão do sentido, ou melhor, da luta por determinada articulação de sentidos é central, já que esta é parte da luta hegemônica (FAIRCLOUGH, 2001).

A essa altura, o lugar que a linguagem ocupa, como semiose, como ferramenta que constrói, por meio do sentido, o mundo social (tanto na sua dimensão psíquica quanto social), é clara e central. Não é à toa que Volochínov ressalta o fato de ser o signo linguístico a “mesma chave” que une individual e social ou ainda “o modo mais puro e sensível da relação social” (VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 34), ou que Austin enfatiza o fato de fazermos coisas com a linguagem, “coisas” que incluem fazer-nos a nós mesmos e todo o mundo social. Nas palavras de Fairclough (2001[1992]),

Isso implica que o discurso tem uma relação ativa com a realidade, que a linguagem significa a realidade no sentido da construção de significados para ela, em vez de o discurso ter uma relação passiva com a realidade, com a linguagem meramente se referindo aos objetos, os quais são lidos como dados na realidade. (FAIRCLOUGH, 2001[1992], p. 66).

Tal aspecto se dá pelo caráter aberto da linguagem, já apontado acima no tratamento dado a questão pela vertente pós-estruturalista. No presente artigo, no entanto, não é a perspectiva psicanalítica que fundamenta a concepção de linguagem aqui assumida, mas a perspectiva do círculo de Bakhtin e, convergentemente, a faircloughiana. Para Volochínov (2014[1929]), a) “a palavra é um signo neutro [...] que pode preencher qualquer função ideológica” (VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 35), mas é também b) um signo puro, e por isso “é fenômeno ideológico por excelência” (VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 34), ou seja, ao interagir pela linguagem, o ser humano investe ideologicamente na linguagem que usa. A ideologia, assim, não é uma ação da palavra, mas está na palavra pela ação do homem que a significa, ou melhor,

[...] a realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social (VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 34).

Além disso, estando a linguagem saturada de sentidos, esses se dão nas interações sociais, que são parte constitutiva do acontecimento sógnico. No entanto, a linguagem tem outra característica apontada por Volochínov

(2014[1929]), segundo a qual se explica a multiplicidade de sentidos numa mesma forma (o que possibilita, inclusive, seu trânsito, conforme apontou Foucault acima), qual seja, seu dialogismo interno, ou melhor, “a plurivalência do signo ideológico” (VOLOCHÍNOV, 2014[1929] *apud* HALL, 2013, p. 216). Ainda, convergentemente, nas palavras de Scott (1989), a linguagem é “transbordante”:

A natureza desse processo, dos atores e das ações, só pode ser determinada especificamente se situada no espaço e no tempo. Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas. (SCOTT, 1989, p. 28).

Nesse sentido, a linguagem é também um *lócus* da luta social. Em outras palavras, sendo o gênero construído por meio de símbolos, categorias normativas, articulações políticas e identidades subjetivas, a luta por determinadas articulações discursivas é também por determinadas articulações sociais (FAIRCLOUGH, 2001).

Assim, a análise deste artigo justifica-se por compreender que a Literatura, tomando como aspecto central a língua, é um elemento que não é neutro, é constitutivo da sociedade e utiliza da linguagem para (re)criá-la. Dessa maneira, reverbera-se através da arte literária, a ordem social que está cristalizada nos discursos e essa mesma ordem abre-se à mudança pela plurissignificação típica da Literatura. Sendo assim, a Literatura pode ser entendido como um instrumento social que reflete e refrata a estrutura social em que os sujeitos estão inseridos.

A tarefa de analisar discursos de uma obra, tendo em vista o caráter sociológico e linguístico, já havia sido levantada como problema por Candido (2006): em que medida o elemento histórico-social é importante para compreensão da obra? Neste sentido, ao levar em consideração, não apenas a crítica literária, mas o uso da literatura como *corpus* de Estudos Críticos é

possível observar, através das condições de produção do autor, relacionadas à escrita da obra, a (re)produção de discursos que sustentam e/ou desnaturalizam a estrutura social. Com isso, tem-se a possibilidade de verificar o impacto do romance de Saramago no que toca à ordem social, que é (re)produzida em discursos via quadros de realidade.

Portanto, o que se deixa claro neste artigo é que não se pretende realizar um trabalho de crítica literária *strictu sensu*, mas sim utilizar a literatura como um aporte para os estudos linguísticos, com enfoque em Estudos Críticos (FAIRCLOUGH, 2001; BOURDIEU, 1898, 2011; FOUCAULT, 1984 dentre outras/os). Por isso, os métodos diferem dos tradicionais da área.

2 Sobre o (não)protagonismo de uma protagonista

Considerando os apontamentos sobre a natureza da linguagem e sua relação com as práticas e as relações sociais em termos de reflexo e refração, conforme discutidos na seção anterior; entende-se que as personagens descritas em obras literárias são fruto das condições de produção do autor e são também recriações interpretativas da realidade. Em Saramago, ao retratar a personagem “mulher do médico”, é possível perceber o poder modelar da estrutura social em relação às questões de gênero já discutidas acima.

A função da “mulher do médico” na obra de Saramago transcende o papel de mera personagem secundária para se tornar uma figura central, simbolizando a luz em meio à escuridão da cegueira que acomete toda a sociedade – elevando tal figura, portanto, ao protagonismo. Como a única personagem que retém a capacidade de ver durante a epidemia, sua presença é multifacetada, servindo como uma metáfora viva da esperança, da moralidade e da humanidade persistente em tempos de crise. Através dela, Saramago explora temas como a solidariedade, a ética, e a força do espírito humano, oferecendo uma janela para a resiliência e a compaixão que podem emergir mesmo nas circunstâncias mais desoladoras.

Em contrapartida, apesar de se tornar uma líder moral e emocional dentro da narrativa; sob a ótica das relações de gênero historicamente hegemônicas (de dominação masculina e consequente submissão feminina), a obrigação da mulher do médico de cuidar e guiar seu marido e, por extensão, outros personagens pode ser interpretada como uma extensão de funções tradicionalmente femininas de cuidadora e guia moral. Essas funções são frequentemente associadas à submissão, à medida que colocam a mulher numa posição de servidão em relação às necessidades e bem-estar dos homens e da comunidade mais ampla. Sua escolha de permanecer com o marido, escondendo sua visão intacta para não ser separada dele, poderia ser visto como um ato de autosacrifício que reforça sua posição de submissão.

Assim, a ambiguidade da personagem mulher do médico nas relações de gênero construídas na obra reflete as tensões contínuas em torno da posição da mulher na sociedade moderna, oscilando entre autonomia e submissão. O romance, deliberadamente ou não, reflete sobre a complexidade das relações de gênero e as formas como as mulheres negociam sua autonomia em estruturas dominadas pelos homens. Ao mesmo tempo, a personagem desafia as noções simplistas de submissão ao demonstrar resistência, inteligência e compaixão, sugerindo que as configurações dos gêneros são multifacetadas e contextualmente definidas e, ainda, sempre abertas à mudança.

Em outras palavras, há na personagem mulher do médico uma função de extrema importância na trama de Saramago: ela é a única que não foi acometida pela cegueira e, sendo assim, ela conduz os cegos. Essa condução pode ser vista em diferentes vieses, pois ela os alimenta, os veste, os leva ao banheiro, bem como luta por eles. A atitude dessa mulher pode ser vista como altruísta – declarar-se cega para auxiliar os outros cegos e seu marido – assim como se vê: “fico para te ajudar, e aos outros que aí venham, mas não lhes digas que eu vejo, Quais outros, Com certeza não crês que vamos ser os únicos” (SARAMAGO, 1995, p. 25).

Ademais, é comum nas obras de Saramago a figura feminina aparecer como um intermeio entre o homem e seu autoconhecimento, ou seja, “são apoio e, em certa medida, estão a serviço do masculino, pois não são desconexas totalmente do masculino” (OLIVEIRA, 2022, p. 22). Esse aspecto pode ser observado também na personagem “mulher da limpeza”, no conto do autor português: “A ilha desconhecida”. Esta personagem conduz, assim como a “mulher do médico”, o “homem do leme” a entender seus objetivos no mundo, acreditar em seus sonhos e, ainda, o encaminha ao seu entendimento sobre si, termina a fazê-lo entender seu papel social.

Braga e Rios (2012, p. 115) afirmam que “nas obras de José Saramago, as personagens masculinas parecem se mover no tecido da narrativa como cegos num labirinto, guiados por um fio invisível” e ainda complementam: “tendo as personagens femininas como fio condutor, é um novo papel da mulher que se constrói *na e para* a história bordada literariamente” (BRAGA; RIOS, 2012, p. 115, grifo dos autores). Nesse caso, tais personagens carregam as contradições da subjetividade nas relações de gênero.

Braga e Rios (2012) entendem, ainda, a posição das personagens femininas de Saramago como uma resignificação do papel do feminino na estrutura social, sem subordinação, mas sim com uma justaposição de gênero social. Não haveria, desta forma, na análise dos autores, uma luta de gênero dentro das obras do autor, mas uma busca ao autoconhecimento sobre o ser, “na qual a mulher é posta em evidência por exercer a função de guia no universo masculino, contando com os atributos do olhar, da magia e sedução” (BRAGA; RIOS, 2012, p. 115). Também, Röhrig (2014, p. 112) afirma que a personagem da companheira do oftalmologista é um “símbolo da luta feminina contra a opressão patriarcalista”.

No entanto, o sobrenatural das mulheres na condução do homem ao alcance de seu autoconhecimento, que aparece tanto na obra analisada, quanto no conto “A ilha desconhecida”, por exemplo – aponta também, a partir da

perspectiva de Bourdieu (2011, p. 21), para uma forma de “lucidez especial dos dominados”, ou a chamada “intuição feminina”. Este poder feminino, evidenciado pelo filósofo, demonstra certa sensibilidade aos sinais não verbais e, ainda, uma identificação de emoções que não são explícitas em uma conversa.

Superficialmente, este tipo de conclusão em estudos assim pode parecer uma vantagem ao feminino. No entanto, Bourdieu (2011) ainda salienta que essa intuição é visualizada somente sobre um prisma hegemônico. Em outras palavras, estas estratégias simbólicas femininas não têm força para subverter a dominação, porque elas “têm seu princípio em uma visão androcêntrica em nome da qual elas são dominadas” (BOURDIEU, 2011, p. 21).

Neste sentido, percebe-se que, quando Saramago posiciona a “mulher do médico” como uma guia do marido e dos outros cegos, não necessariamente seria uma forma de ressignificar a construção dos gêneros sociais em relação à dominação masculina, como afirmam Braga e Rios, mas, sim, uma visão conformada à estrutura social em que Saramago está inserido. Assim, a ação da personagem de se submeter à condição de estar em um hospital psiquiátrico abandonado e beirando a insalubridade para ajudar o companheiro pode, também, ser vista como um “efeito da dominação simbólica” (BOURDIEU, 2011, p. 24).

Neste caso, “a inclinação amorosa não está isenta de uma forma de racionalidade que é muitas vezes, de certo modo, *amor fati*, amor ao destino social” (BOURDIEU, 2011, p. 24). Deste modo, a “mulher do médico” está somente cumprindo seu papel de mulher subordinada, destinada ao seu lugar de pertencimento na dominação masculina.

Ainda, esse lugar da submissão da protagonista pode ser observado em vários momentos da obra, como na aproximação entre o seu marido e a rapariga de óculos escuros. Em síntese, a rapariga é trazida, no início do romance, pelo narrador como pertencente à “classe das denominadas prostitutas” (SARAMAGO, 1995, p. 16), bem como “vai para cama a troco de dinheiro”

(SARAMAGO, 1995, p. 16), mesmo que “só vai quando quer e com quem quer” (SARAMAGO, 1995, p. 16) – aspecto que, aliás, aponta para mais uma contradição entre a autonomia e submissão feminina apresentada na obra. Em um determinado momento da narrativa, a rapariga de óculos escuros resiste à investida de um ladrão no manicômio, quando estão a caminho do banheiro em fila, como mostra o trecho:

o ladrão, estimulado pelo perfume que se desprendia dela e pela lembrança da ereção recente, decidiu usar as mãos com maior proveito, uma acariciando-lhea nuca por baixo dos cabelos, a outra, directa e sem cerimónias, apalpando-lhe o sexo. Ela sacudiu-se para escapar do desaforo, mas ele tinha-a bem agarrada. Então a rapariga jogou com força uma perna atrás, num movimento de coice. O salto fino como um estilete, foi espetar-se no grosso da coxa nua do ladrão, que deu um berro de surpresa e de dor (SARAMAGO, 1995, p. 31).

Em contrapartida, quando o médico se levanta da sua cama e vai até a cama da rapariga, esta não declina, ao contrário, quando o oftalmologista tenta levantar-se, ela pede que ele fique:

Ou então, certas coisas o melhor é deixá-las sem explicação, dizer simplesmente o que aconteceu, não interrogar o íntimo das pessoas, como foi daquela vez que a mulher do médico tinha saído da cama para ir aconchegar o rapazinho estrábico que se havia destapado. Não se deitou logo. Encostada à parede do fundo, no espaço estreito entre as duas fileiras de catres, olhava desesperada a porta no outro extremo, aquela por onde tinham entrado num dia que já parecia distante e que não levava agora a parte alguma. Assim estava quando viu o marido levantar-se e, de olhos fixos, como um sonâmbulo, dirigir-se à cama da rapariga dos óculos escuros. Não fez um gesto para o deter. De pé, sem se mexer, viu como ele levantava as cobertas e depois se deitava ao lado dela, como a rapariga despertou e o recebeu sem protesto, como as duas bocas se buscaram e encontraram, e depois o que tinha de suceder sucedeu, o prazer de um, o prazer do outro, o prazer de ambos, os murmúrios abafados, ela disse, Ó senhor doutor, e estas palavras podiam ter sido ridículas e não o foram, ele disse, Desculpa, não sei o que me deu, de facto tínhamos razão, como poderíamos nós, que apenas vemos, saber o que nem ele sabe. Deitados no catre estreito, não podiam imaginar que estavam a ser observados, o médico de certo que sim, subitamente inquieto, estaria dormindo a mulher, perguntou-se, andaria aí pelos corredores como todas as noites, fez um movimento para voltar à sua cama, mas uma voz disse, Não te levantes, e uma mão pousou-se no seu peito com a leveza de um pássaro, ele ia falar, talvez repetir que não sabia o que lhe tinha dado, mas a voz disse, Se

não disseres nada compreenderei melhor. A rapariga dos óculos escuros começou a chorar, Que infelizes nós somos, murmurava, e depois, Eu também quis, eu também quis, o senhor doutor não tem culpa, Cala-te, disse suavemente a mulher do médico, calemo-nos todos, há ocasiões em que as palavras não servem de nada, quem me dera a mim poder também chorar, dizer tudo com lágrimas, não ter de falar para ser entendida. Sentou-se na borda da cama, estendeu o braço por cima dos dois corpos, como para cingi-los no mesmo amplexo, e, inclinando-se toda para a rapariga dos óculos escuros, murmurou-lhe baixinho ao ouvido, Eu vejo (SARAMAGO, 1995, p. 99).

A naturalização da traição masculina em relacionamentos acordados monogâmicos também pode ser compreendida como uma construção social profundamente enraizada nas normas de gênero e nas expectativas de comportamento, como já mencionado. Esta concepção, que é sustentada pela estrutura patriarcal, valoriza e legitima comportamentos masculinos – incluindo a promiscuidade e a infidelidade – enquanto subjuga e reprime expressões femininas, principalmente relacionadas à sexualidade.

Foucault (1984), em suas reflexões sobre a sexualidade e a moral, aborda como este fenômeno se apresenta na sociedade, destacando características das sociedades antigas que podem ser estendidas até a sociedade contemporânea. Assim, ele observa uma dissimetria notável na forma em como as regras morais sobre comportamento sexual são formuladas e a quem se destinam. Enquanto mulheres são sujeitas a um conjunto rigoroso de obrigações e restrições, salvo se tiverem o *status* de cortesãs – como é o caso da “rapariga de óculos escuros”, de Saramago – a moralidade discutida, justificada e desenvolvida é predominantemente masculina, elaborada por e para homens.

Dessa maneira, a moralidade, para Foucault (1984), não se dirige às mulheres de maneira equitativa e nem se preocupa com a definição de condutas ou regras aplicáveis a ambos os gêneros. Ao contrário, é uma moralidade viril “onde as mulheres só aparecem a título de objetos ou no máximo como parceiras às quais convém formar, educar e vigiar, quando as têm sob seu poder” (FOUCAULT, 1984, p. 24). Nesse sentido, o sistema moral não visa

estabelecer um campo comum de conduta, em vez disso é uma formulação da conduta masculina sob o prisma masculino, servindo, principalmente, para perpetuar as estruturas de poder existentes, especialmente em relação ao gênero.

No trecho da traição do oftalmologista, ressoam as reflexões de Foucault sobre moralidade sexual e construção social do comportamento. A resposta da “mulher do médico” é marcada por uma compreensão tácita e uma aceitação do momento sem julgamento verbal e pode ser vista como um reflexo de expectativas de gênero que demandam submissão e perdão por parte das mulheres. De acordo com Foucault (1984), as normas sociais, incluindo as que governam a sexualidade e as relações de gênero, ao resultado de práticas discursivas e relações de poder que moldam a conduta individual dentro de um determinado contexto social.

Com o passar da narrativa, quando todos voltam a enxergar, há o diálogo do casal em relação à traição. A reação da “mulher do médico” é de passividade e compreensão:

Referes-te ao que aconteceu com a rapariga quando estivemos naquele lugar horrível, Sim, Lembra-te de que foi ela quem veio ter comigo, A memória engana-te, tu é que foste ter com ela, Tens certeza, Não estava cega, Pois eu estaria disposto a jurar que, Jurarias falso, É estranho como a memória pode enganar-nos assim, Neste caso é fácil de perceber, mas nos pertence o que veio oferecer-se a nós do que aquilo que tivemos que conquistar, Nem ela me procurou depois, nem eu a procurei mais, Querendo, encontram-se na memória, para isso serve, Tens ciúmes, Não, não tenho ciúmes, nem mesmo os tive naquele dia, o que senti foi pena dela e de ti, e também de mim que não vos podia valer (SARAMAGO, 1995, p. 174)

A partir da perspectiva de que o poder cria identidades e normas de comportamentos aceitáveis socialmente (FOUCAULT, 1984), a decisão da “mulher do médico” de não confrontar o companheiro e, ao contrário, oferecer consolo, pode ser vista como um comportamento socialmente construído e internalizado, um produto de discursos dominantes e hegemônicos sobre o

papel das mulheres em relações heteronormativas. Esse papel frequentemente enfatiza a compreensão, o cuidado e a capacidade de perdoar, haja vista que a promiscuidade e infidelidade masculina são, por muitas vezes, naturalizadas – ou até mesmo esperadas – dentro do paradigma de uma moralidade sexual diferenciada para homens e mulheres.

Além disso, a cena descrita por Saramago ilustra a dissimetria que Foucault (1984) aponta na moralidade sexual em suas análises sobre como a sociedade regula os corpos e comportamentos através de normas morais pré-estabelecidas e específicas, que são frequentemente desiguais. O perdão da mulher pode ser interpretado como um exemplar de como os discursos de poder influenciam e moldam as expectativas do comportamento baseado no gênero e, ainda, pode indicar que as reações, como o perdão, na realidade são menos escolhas individuais e mais respostas conformadas à estrutura social presente.

Por fim, cabe ainda ressaltar que a submissão feminina da personagem mulher do médico é marcada também morfossintaticamente na própria nomeação da personagem. Indicadora de posse, a construção dos nomes das personagens femininas de “Ensaio sobre a cegueira” – como o da protagonista “mulher do médico” ou a “mulher do primeiro cego” – sugere uma dinâmica de submissão e falta de individualidade das personagens. Essa forma de nomeação, que subordina as mulheres à posição ou status de seus parceiros masculinos, reflete e perpetua as normas de gênero que historicamente as relegaram a papéis secundários e subordinados dentro da sociedade.

A discussão dos nomes e as categorias em seu conceito de nomeação são fundamentais para a formação de sujeitos dentro do sistema de poder, conforme assevera Butler (2021). Isso porque a nomeação não é simplesmente um ato linguístico neutro, mas sim um ato político que reflete e reforça as relações de poder existentes na estrutura social (VOLOCHÍNOV 2014[1929]; FAIRCLOUGH, 2001; BUTLER, 2021). Quando as mulheres são nomeadas na

narrativa de Saramago como “mulher *do médico*” (grifo nosso), suas identidades são subordinadas à dos homens e sua autonomia pode ser comprometida.

Tal aspecto é ressaltado também por Stefani e Borba (2012), a partir da teoria da “linguagem como ação”, de John Austin. Como explicam os autores, os enunciados são performativos e “o simples ato de enunciar equivale a concluir e assumir aquilo que foi enunciado” (STEFANI; BORBA, 2012, p. 34). Dessa forma, as palavras não apenas descrevem a realidade, mas também têm o poder de realizar ações. Nesse sentido, ao nomear as mulheres em relação aos homens, Saramago não apenas descreve as relações de poder existentes, mas também as perpetua, reforçando a submissão feminina no interior da narrativa.

Sob essas perspectivas, compreende-se que o uso dessas nomeações indicando posse das personagens femininas em relação às personagens masculinas pode ser entendido como uma reprodução de discursos hegemônicos, uma vez que se destaca a linguagem como intrinsecamente ligada às dinâmicas de poder e em como o uso de formas gramaticais pode manter e contestar hierarquias de gênero dentro da literatura, bem como na realidade.

3 Considerações Finais

O presente artigo analisou a obra *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago, focalizando a personagem “mulher do médico” e o modo como essa contribui para as diferentes significações das relações de gênero social em termos de relações de poder e dominação. Em resumo, apesar de haver apontamentos do protagonismo feminino vinculação ao protagonismo da personagem “mulher do médico”, a constituição dessa personagem na trama aponta para aspectos que funcionam a partir de e legitimam uma estrutura de dominação masculina.

Dentre tais aspectos, foram ressaltados os seguintes: i) a auto-obrigação da mulher do médico de cuidar e guiar seu marido e, por extensão, outros personagens pode ser interpretada como uma extensão de funções

tradicionalmente femininas de cuidadora e guia moral e apontam para a complexidade das relações de gênero e as formas como as mulheres negociam sua autonomia em estruturas dominadas pelos homens; ii) a espécie de poder sobrenatural da personagem na condução do homem ao alcance de seu autoconhecimento aponta para uma forma de “lucidez especial dos dominados”, ou a chamada “intuição feminina”, conforme assevera Bourdieu (2011); iii) a naturalização da traição masculina aponta para uma moralidade viril, na qual as mulheres aparecem como objetos ou parceiras às quais convém dominar.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BUTLER, J. *Discurso de ódio uma política do performativo*. São Paulo Ed. Unesp, 2021.
- BUTLER, J.; LACLAU, E., ZIZEK, S. *Contingencia, Hegemonía, Universalidad: Diálogos contemporáneos en la izquierda*. México: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*; Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e posfácio. Brasília: EditoraUnB, 2001 [1992].
- FOUCAULT, M. *A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GROSSI, M. P. *Novas/velhas violência contra a mulher no Brasil*. In: Revista de Estudos Feministas n. esp., 1994, p.473-483.
- OLIVEIRA, J. P. *Uma leitura do feminino nos romances de José Saramago*. 2022. 194 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Centro de Artes e Letras,

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27567/TES_PPGLETRAS_2022_OLIVEIRA_JULIANA.PDF?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 abr. 2024.

RÖHRIG, M. *Elementos da poética em Saramago*. 2014. 174 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/101650> Acesso em: 7 fev. 2021

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para os estudos da violência de gênero. In. *Cadernos Pagu* (16), 2001, p. 115 – 136.

SARAMAGO, J. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press, 1989. Versão em português: *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução de Maria Betânica Ávila. 2005. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf Último acesso em 04 abr. 2024.

STEFANI, J.; BORBA, A. John Austin e a filosofia analítica da linguagem. *Controvérsia*, v. 8, n. 2, p. 28-37, mai.-ago., 2012. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/ControversiaSaoLeopoldo/2012/vol8/no2/3.pdf> Acesso em 04 mar. 2024.

VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem* 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014 [1929].

Recebido em 01/02/2023.

Aceito em 10/04/2023.